

# **Demonstrações Financeiras**

**João Pinheiro Solar Ltda.**

31 de dezembro de 2020  
com Relatório do Auditor Independente

## **João Pinheiro Solar Ltda.**

### **Demonstrações financeiras**

31 de dezembro de 2020

#### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial .....	4
Demonstração do resultado .....	6
Demonstração do resultado abrangente .....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa .....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	10

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Quotistas e Administradores e da  
**João Pinheiro Solar Ltda.**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da João Pinheiro Solar Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

#### *Auditoria dos valores correspondentes*

As demonstrações financeiras da Empresa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 29 de março de 2021.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6



Cristiane Cléria S. Hilário  
Contadora CRC-1SP243766/O-8

## João Pinheiro Solar Ltda.

Balanço patrimonial  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	<b>Nota</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b> (não auditado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	<b>384</b>	810
Aplicações Financeiras	5	<b>187</b>	-
Contas a receber	6	<b>134</b>	99
Outros créditos		<b>7</b>	31
Total do ativo circulante		<b>712</b>	940
Não circulante			
Caixa restrito	5	<b>1.493</b>	581
Imobilizado	7	<b>4.670</b>	4.882
Direito de uso de ativo	8	<b>897</b>	-
Total do ativo não circulante		<b>7.060</b>	5.463
Total do ativo		<b>7.772</b>	6.403

	<b>Nota</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
			<b>(não auditado)</b>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		-	7
Passivo de arrendamento	8	<b>107</b>	-
Obrigações tributárias	9	<b>54</b>	34
Total do passivo circulante		<u><b>161</b></u>	<u>41</u>
Não circulante			
Passivo de arrendamento	8	<b>823</b>	-
Partes relacionadas	10	<b>912</b>	-
Total do passivo não circulante		<u><b>1.735</b></u>	<u>-</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	11	<b>5.680</b>	5.680
Adiantamento para futuro aumento de capital		<b>1</b>	-
Reserva de capital		<b>90</b>	40
Lucros acumulados		<b>105</b>	642
Total do patrimônio líquido		<u><b>5.876</b></u>	<u>6.362</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><b>7.772</b></u>	<u>6.403</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## João Pinheiro Solar Ltda.

Demonstração do resultado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019 (não auditado)
Receita operacional líquida	12	1.024	1.117
Custo dos produtos e serviços prestados	13	(316)	(340)
Lucro bruto		<u>708</u>	<u>777</u>
Despesas operacionais Vendas, gerais e administrativas	13	<u>(54)</u> (54)	<u>(17)</u> (17)
Resultado antes do resultado financeiro		<u>654</u>	<u>760</u>
Receitas financeiras	14	24	53
Despesas financeiras	14	<u>(157)</u> (133)	<u>(3)</u> 50
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>521</u>	<u>810</u>
Imposto de renda e contribuição social	16	(100)	(120)
Lucro líquido do exercício		<u>421</u>	<u>690</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## João Pinheiro Solar Ltda.

Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u> (não auditado)
Lucro líquido do exercício	421	690
Resultado abrangente do exercício	<u>421</u>	<u>690</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## João Pinheiro Solar Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	Reserva legal	Retenção lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (não auditado)	5.610	70	-	747	-	6.427
Aumento de capital	70	(70)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	690	690
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	-	40	-	(40)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(755)	(755)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	(103)	103	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)	5.680	-	40	644	(2)	6.362
Aumento de capital	-	1	-	-	-	1
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	421	421
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	-	50	-	(50)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(908)	(908)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	(537)	537	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.680	1	90	107	(2)	5.876

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## João Pinheiro Solar Ltda.

Demonstração do fluxo de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	<b>2020</b>	<b>2019</b> (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	<b>421</b>	690
Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	<b>244</b>	212
Juros sobre empréstimos e financiamentos e arrendamentos	<b>102</b>	-
Variação dos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber de clientes	<b>(35)</b>	89
Outros créditos	<b>25</b>	(16)
Fornecedores	<b>(7)</b>	5
Impostos e tributos a recolher	<b>21</b>	6
Juros pagos	<b>(102)</b>	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<b>669</b>	986
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras e caixa restrito	<b>(1.099)</b>	(99)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<b>(1.099)</b>	(99)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de mútuo com partes relacionadas	<b>912</b>	-
Distribuição de dividendos	<b>(908)</b>	(754)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	<b>4</b>	(754)
Aumento (redução) líquido(a) do caixa e equivalentes de caixa	<b>(426)</b>	133
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<b>810</b>	677
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<b>384</b>	810
Aumento (redução) líquido(a) do caixa e equivalentes de caixa	<b>(426)</b>	133

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **João Pinheiro Solar Ltda.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### **1. Contexto operacional**

A João Pinheiro Solar Ltda. (Empresa), constituída em 24 de março de 2017, tem por objeto principal desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriunda de fonte solar, bem como desenvolver atividades direta ou reflexamente relacionadas a consecução de tais atividades de geração e comercialização da energia elétrica, incluindo a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia, incluindo, mas não se limitando a equipamentos de geração de energia solar, a estruturação e participação em projetos de geração de energia distribuída relacionado ao sistema de compensação de energia da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A Empresa é controlada integralmente pela Ebes Sistemas de Energia S.A. A Empresa tem sua sede instalada na Rodovia BR 040, número KM 132, bairro / distrito João Pinheiro, município João Pinheiro - MG, CEP 38.770-000.

A Empresa possui uma fazenda solar em operação, com capacidade de geração de energia de 0,99MWac e atende aproximadamente 62 clientes, pessoas jurídicas, no estado de Minas Gerais.

#### Impactos da pandemia COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou o surto do Coronavírus COVID-19 como uma pandemia em escala global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e geraram impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos implementaram pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 efetivamente provocaram.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Durante a crise, a Administração avaliou de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Empresa, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações.

## **João Pinheiro Solar Ltda.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### **1. Contexto operacional--Continuação**

#### Impactos da pandemia COVID-19--Continuação

A Empresa implementou as seguintes medidas durante o primeiro e segundo trimestre de 2020:

- Implementação de um comitê de Gestão de Crise;
- Restrições com relação à circulação e a aglomeração de pessoas em suas dependências, como forma de evitar a disseminação do vírus;
- Suspensão de viagens, treinamentos presenciais e participação em eventos para todos os colaboradores;
- Adoção temporária do regime de home office no período de pandemia, para todos os funcionários;
- Intensificação nos comunicados internos de medidas preventivas.
- Otimização do uso de tecnologia para assegurar o atendimento virtual aos seus clientes, impactando o mínimo possível suas atividades administrativas e operacionais.

Visando reduzir os impactos financeiros a Administração ainda adotou as seguintes medidas:

- Renegociação de prazos de certos passivos junto a bancos, fornecedores e outras contas a pagar;
- Prorrogação do PIS/COFINS, referente aos meses de março e abril de 2020, conforme portaria nº 139 de abril de 2020.
- Prorrogação do FGTS referente aos meses de março a maio de 2020, conforme previsto pela MP 927/202;
- Redução de jornada de trabalho com redução salarial proporcional de 25% para parte dos colaboradores, entre abril e julho de 2020, conforme previsto pela MP 936/2020;
- Utilização de diferimentos fiscais e outras propostas de otimização tributária;
- Alteração da estratégia de vendas, com Intensificação e aceleração de vendas para clientes pessoas físicas, nas operações de fazendas solares;
- Intensificação nas renegociações de dívidas de clientes e flexibilização das condições de pagamento com o objetivo de conter o aumento do giro de clientes na base.

Por consequência das medidas apresentadas acima, a Administração considera ter seguido com eficácia os direcionamentos dos órgãos competentes em relação a boas práticas no ambiente de trabalho para prevenção da COVID-19, se adaptou rapidamente à nova realidade de trabalho remoto e manteve faturamento e caixa dentro do planejado para 2020.

## **João Pinheiro Solar Ltda.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Empresa, cuja autorização para sua conclusão foi dada em 29 de março de 2021.

#### **2.1. Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08**

Em conformidade com o disposto pela Deliberação CVM nº. 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº. 449/08, a Empresa estabeleceu a data de transição para a adoção das novas práticas contábeis em 1 de janeiro de 2020. A data de transição é definida como sendo o ponto de partida para a adoção das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, e representa a data-base em que a Empresa preparou seu balanço patrimonial inicial ajustado por esses novos dispositivos contábeis.

O CPC 13 desobrigou as empresas a aplicar o disposto na Deliberação CVM nº. 506/06 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, na adoção inicial da Lei nº. 11.638/07 e MP nº. 449/08. Essa deliberação requer que, além de discriminar os efeitos da adoção da nova prática contábil na conta de lucros ou prejuízos acumulados, a empresa deve demonstrar o balanço de abertura para conta ou grupo de contas relativo ao período mais antigo para fins de comparação, bem como os demais valores comparativos apresentados, como se a nova prática contábil estivesse sempre em uso.

A Empresa exerceu a faculdade prevista nesse CPC, refletindo os ajustes decorrentes da mudança de prática contábil contra a conta de lucros acumulados em 1 de janeiro de 2020. Os saldos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 apresentados para fins de comparação foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº. 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

## João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

#### 2.1. Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08--Continuação

As referidas alterações nas práticas contábeis que produziram efeitos na preparação ou na apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e no balanço patrimonial de abertura em 1 de janeiro de 2020, foram mensuradas e registradas pela Empresa com base nos pronunciamentos contábeis emitidos e vigentes nesta data.

#### Conciliação dos efeitos da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08

Em atendimento aos requerimentos de divulgação sobre adoção inicial das novas práticas contábeis, no quadro abaixo, a Empresa está apresentando para esse exercício e o exercício anterior para fins de comparação, uma breve descrição e os valores correspondentes aos impactos no patrimônio líquido e no resultado, da controladora e consolidado, referentes às alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela Medida Provisória nº. 449/08. Os impactos no resultado da controladora e consolidado, estão demonstrados apenas para o resultado do exercício de 2020 face à opção efetuada pela Empresa em relação à data de transição:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Patrimônio líquido com a aplicação integral da Lei 11.638/07 e MP 449/08	<b>5.876</b>	6.362
CPC 06(R2) - Arrendamentos	<b>(32)</b>	-
<b>Patrimônio líquido antes das alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e MP 449/08</b>	<b>5.844</b>	6.362
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Lucro líquido com a aplicação integral da Lei 11.638/07 e MP 449/08	<b>421</b>	690
CPC 06(R2) - Arrendamentos	<b>(32)</b>	-
<b>Lucro líquido antes das alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e MP 449/08</b>	<b>389</b>	690

#### 2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa.

## **João Pinheiro Solar Ltda.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação**

#### **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa.

#### **2.4. Principais políticas contábeis**

As principais políticas e práticas contábeis estão descritas a cada nota explicativa correspondente, exceto as abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa.

##### **2.4.1. Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

*Ativos financeiros:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (iii) valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.



## João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

#### 2.4. Principais políticas contábeis--Continuação

##### 2.4.1. Instrumentos financeiros--Continuação

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Empresa estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Empresa transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Entidade não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

*Passivos financeiros:* um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Empresa e de suas controladas, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos.

## João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

#### 2.4. Principais políticas contábeis--Continuação

##### 2.4.1. Instrumentos financeiros--Continuação

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

*Compensação de instrumentos financeiros:* os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

##### 2.4.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Empresa sob condições que a Empresa não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

## **João Pinheiro Solar Ltda.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação**

#### **2.4. Principais políticas contábeis--Continuação**

##### 2.4.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)--Continuação

A Empresa considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

##### 2.4.3. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando em consideração as cotações de mercado ou as informações de mercado que possibilitem tal cálculo.

## **João Pinheiro Solar Ltda.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação**

#### **2.4. Principais políticas contábeis--Continuação**

##### 2.4.4. Contas a receber

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor nominal dos títulos, ajustados a valor presente, quando aplicável. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, quando necessárias, são constituídas com base na análise do contas a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização.

##### 2.4.5. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Administração desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudanças nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

##### 2.4.6. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado, quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

## João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

#### 2.4. Principais políticas contábeis--Continuação

##### 2.4.6. Imobilizado--Continuação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada utilizando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Vida útil (anos)</u>
Máquinas e equipamentos solar	25

Os valores residuais e a vida útil dos ativos foram revisados e ajustados, e representam adequadamente a posição no final do exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior que seu valor recuperável estimado (Nota 2.5.5).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

##### 2.4.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

##### 2.4.8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos de transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

## **João Pinheiro Solar Ltda.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação**

#### **2.4. Principais políticas contábeis--Continuação**

##### 2.4.8. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, em despesas financeiras, em que são incorridos.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo ou financiamento, de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido.

Os empréstimos e financiamentos com vencimento até o encerramento do próximo exercício social estão classificados no passivo circulante, e os com prazos superiores no passivo não circulante.

##### 2.4.9. Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

## **João Pinheiro Solar Ltda.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação**

#### **2.4. Principais políticas contábeis--Continuação**

##### 2.4.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas, quando aplicadas, são determinadas com base em premissas razoavelmente fundamentadas e são consideradas estimativas contábeis.

##### 2.4.11. Reconhecimento de receitas

A Empresa reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos fluirão para a Empresa e suas controladas e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Empresa, conforme descrição a seguir.

A Empresa considera se há outras promessas no contrato que são obrigações de performance distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada (por exemplo, garantias, entre outros). Ao determinar o preço de transação para a venda dos produtos e ferramentais, a Empresa considera os efeitos da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente (se houver).

##### 2.4.12. Arrendamentos

A partir de 1º de janeiro de 2020, com a adoção das normas vigentes, incluindo do CPC 06(R2) - Arrendamentos, a Empresa passou a registrar os aluguéis futuros descontados a valor presente como arrendamento financeiro. O valor foi calculado considerando um prazo total de vigência do contrato.

## João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

## 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

### 2.4. Principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.4.12. Arrendamentos--Continuação

##### *Premissas para o reconhecimento*

A Empresa adotou a isenção no reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, sendo os pagamentos de arrendamento associados a esses contratos reconhecidos como despesa do exercício ao longo do prazo do contrato.

A Empresa reconhece o Direito de Uso de Ativos e Passivo de arrendamentos considerando as seguintes premissas:

- (i) Inclusão dos contratos na base no início da sua vigência, com seu valor de ativo de direito de uso definido neste momento.
- (ii) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Empresa não considera aspectos de renovação em sua metodologia, haja visto que os ativos envolvidos em sua operação não são indispensáveis para a condução de seus negócios, podendo ser substituídos ao término do contrato por novos ativos adquiridos ou por outras operações que não as mesmas pactuadas.
- (iii) Contratos que envolvam o uso de ativos imateriais e de baixo valor não são considerados.
- (iv) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato.
- (v) A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.
- (vi) A taxa de desconto utilizada é de 11,34% a.a, calculada ao adicionar sobre a última disponibilização da curva DI x pré de 2020 o spread de crédito incidente sobre a emissão do instrumento de debêntures, para o período de 30 anos.
- (vii) Prazo de cada contrato de arrendamento ajustado pela duração do respectivo fluxo de pagamento;
- (viii) Garantia - estimativa do impacto da garantia reduzindo sinteticamente o rendimento (*yield*) observado nas curvas de captação da Empresa; e
- (ix) Ambiente econômico similar - risco de crédito da Empresa, risco do país, moeda do contrato e data do início da captação.



## João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

#### 2.4. Principais políticas contábeis--Continuação

##### 2.4.12. Arrendamentos--Continuação

###### *Premissas para o reconhecimento--Continuação*

As operações de arrendamento da Empresa em vigência em 31 de dezembro de 2020 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se a Empresa alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

As obrigações de contratos de arrendamentos com transferência substancial de benefícios, riscos e controle dos bens são reconhecidas no passivo como arrendamentos financeiros. O passivo é inicialmente reconhecido pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. A taxa de desconto utilizada é a taxa de juros implícita nos contratos.

Os encargos financeiros são apropriados durante o prazo do arrendamento, produzindo uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento.

##### 2.4.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Empresa aplicou pela primeira vez os pronunciamentos vigentes e alterações, a partir de 1º de janeiro de 2020 conforme detalhado na nota 2.1. A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

## João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

#### 2.4. Principais políticas contábeis--Continuação

##### 2.4.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

*IFRS 17 - Contratos de seguro:* em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária.

### 3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Empresa e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

## João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### 3. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

a) Vida útil do ativo imobilizado

A Empresa e suas controladas reconhecem a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo.

b) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício, a Empresa e suas controladas revisam o saldo do ativo imobilizado, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Empresa e suas controladas para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

d) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Bancos conta movimento	21	92
Aplicações financeiras (*)	363	718
	<u>384</u>	<u>810</u>

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Empresa.

## João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### 4. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

As aplicações financeiras correspondem a certificados de depósitos bancários, operações compromissadas ou títulos públicos federais e foram realizadas junto a instituições financeiras nacionais, consideradas de primeira linha pelas agências de avaliação de riscos. São contratadas com rentabilidade nas condições usuais de mercado para a modalidade, considerando o valor, o prazo e a época da aplicação, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Empresa.

### 5. Aplicações financeiras e caixa restrito

A Empresa mantém saldo de caixa restrito, na qualidade de cessão fiduciária decorrente de empréstimos contratados, na controladora Ebes Sistemas.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante	187	-
Não circulante	1.493	581
	<u>1.680</u>	<u>581</u>

### 6. Contas a receber

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Contas a receber mercado interno	134	99
	<u>134</u>	<u>99</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não há contas a receber vencido. A posição de recebíveis são de saldos a vencer para os quais a Empresa não possui nenhuma expectativa de perdas.

## João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### 7. Imobilizado

#### a) Saldos

	Taxa média anual de depreciação - %	2020		2019	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equip. Locados - Fazenda Solar	25	5.292	(622)	4.670	4.882
		5.292	(622)	4.670	4.882

#### b) Movimentação

	2019	Adições	Depreciações	2020
Máquinas e equip. Locados - Fazenda Solar	4.882	-	(212)	4.670
	4.882	-	(212)	4.670

### 8. Direito de uso e passivo de arrendamento

Conforme mencionado na nota 2.1. a Empresa adotou a norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, pela primeira vez em 1 de janeiro de 2020.

#### a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamentos e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Saldo em 31/12/2019	Adoção Inicial	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2020
Terrenos	-	929	-	(32)	897

#### b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamentos reconhecido foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Empresa e de suas controladas.

## João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### 8. Direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação

#### b) Passivo de arrendamento--Continuação

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2019</u>	<u>Adoção</u> <u>inicial</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2020</u>
Passivo de Arrendamento	-	930	102	(102)	930
Circulante					107
Não Circulante					823
					<u>930</u>

A taxa de empréstimo incremental da Empresa aplicada ao passivo de arrendamento reconhecido no balanço patrimonial na data da adoção inicial foi de 11,34% a.a. para contrato com prazo de vencimento de 30 anos. Para determinação da taxa incremental de empréstimo, a Empresa utilizou como referência a última disponibilização da curva DI x pré de 2020 o spread de crédito incidente sobre a emissão do instrumento de debêntures.

### 9. Obrigações tributárias

Refere-se aos tributos sobre o faturamento, conforme detalhado abaixo:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
PIS/COFIN sobre faturamento	6	7
IRPJ/CSLL sobre faturamento	48	27
	<u>54</u>	<u>34</u>

### 10. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Empresa possuía saldos em aberto com a controladora Ebes Sistemas de Energia S.A., conforme consta abaixo:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Mútuo	875	-
Juros	37	-
	<u>912</u>	<u>-</u>

## João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### 11. Patrimônio líquido

#### 11.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social, totalmente integralizado, é de R\$5.680, representado em 5.680.000 quotas, no valor nominal de R\$1,00 cada uma, assim distribuído entre seus acionistas:

Acionistas	2020 e 2019	
	Quantidade de ações	Participação
Ebes Sistemas de Energia S.A.	5.679.999	100%
Finco Assessoria Financeira Eireli	1	0%
	<b>5.680.000</b>	<b>100%</b>

#### a) Aumentos de capital

- (i) Em 09 de novembro de 2018, foi aprovado pela 3ª Alteração de Contrato Social o aumento de capital no valor de R\$ 5.600 com a subscrição de 5.600.000 quotas, todas subscritas e integralizadas por EBES Sistemas de Energia S/A. ao valor de R\$ 1,00 por quota, passando o capital social da Empresa, totalmente subscrito e integralizado a ser R\$ 5.610, dividido em 5.610.000 quotas; e
- (ii) Em 08 de fevereiro de 2019, foi aprovado pela 4ª Alteração de Contrato Social o aumento de capital no valor de R\$ 70 com a subscrição de 70.000 quotas, todas subscritas e integralizadas por EBES Sistemas de Energia S/A. ao valor de R\$ 1,00 por quota, passando o capital social da Empresa, totalmente subscrito e integralizado a ser R\$ 5.680, dividido em 5.680.000 quotas.

#### b) Reservas

Foram constituídas, conforme aprovação pelos sócios em atas, em decorrência da apuração de lucro no fechamento dos exercícios, reserva legal no montante de R\$50 (R\$40 em 2019).

#### c) Distribuição de dividendos

Em 2020 os dividendos distribuídos foram de R\$908 (R\$755 em 2019), conforme aprovação pelos sócios acionistas em ata.

#### d) Reserva de lucros

A reserva de lucros é formada por lucros retidos e estão à disposição da Administração para distribuição. Em 2020 o saldo era de R\$105 de retenção de lucros (R\$642 em 2019).

## João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### 12. Receita operacional líquida

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita de serviços prestados	1.062	1.160
(-) Impostos sobre receitas	(38)	(43)
	<u>1.024</u>	<u>1.117</u>

### 13. Abertura dos custos e despesas por natureza

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Matérias-primas, materiais e serviços terceiros	(74)	(36)
Serviços de terceiros	(42)	(17)
Aluguéis	2	(92)
Depreciações e amortizações	(244)	(212)
Despesas tributárias	(12)	-
	<u>(370)</u>	<u>(357)</u>
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	(316)	(340)
Vendas, gerais e administrativas	(54)	(17)
	<u>(370)</u>	<u>(357)</u>

### 14. Resultado financeiro

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(4)	(2)
Juros, multas e descontos	(153)	(1)
	<u>(157)</u>	<u>(3)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	24	53
	<u>(133)</u>	<u>50</u>

### 15. Provisão para demandas judiciais

A Empresa no curso normal dos seus negócios está sujeita a riscos processuais, sobre os quais a Administração apoiada por seus assessores jurídicos avalia anualmente, e, quando necessário, constitui provisões baseadas nessa avaliação sob a melhor estimativa que possuem na oportunidade do evento.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Empresa não detinha nenhum processo com probabilidade de perda provável, possível ou remoto.



## João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### 16. Imposto de renda e contribuição social

A Empresa apura os impostos de acordo com o regime tributário lucro presumido.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
CSLL	(33)	(38)
IRPJ	(67)	(82)
	<u>(100)</u>	<u>(120)</u>

### 17. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos e passivos constantes no balanço patrimonial, como caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, adiantamentos, outros créditos, empréstimos e financiamentos, fornecedores, obrigações a pagar a sócios e partes relacionadas, e outras obrigações, estão registrados a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas das práticas contábeis. O controle desses instrumentos é efetuado através de estratégias operacionais visando à liquidez, rentabilidade e segurança, e são permanentemente acompanhados pela Administração da Empresa.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Empresa não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo para mitigar riscos associados aos seus instrumentos financeiros e durante o exercício também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Empresa.

A classificação dos principais instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas abaixo:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	384	810
Aplicações financeiras	1.680	581
Contas a receber	134	99
	<u>2.198</u>	<u>1.490</u>
<b>Passivos financeiros</b>		
Fornecedores	-	7
Passivo de arrendamento	930	-
Partes relacionadas	912	-
	<u>1.842</u>	<u>7</u>

## João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### 18. Gerenciamento de riscos

A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco e é responsável por monitorar e analisar os cenários econômico financeiros com o objetivo de identificar os riscos ao qual a Empresa está exposta, bem como mapear possíveis impactos em variáveis financeiras ou econômicas que possam gerar impactos, tais como oscilações de taxas de câmbio, taxas de juros e/ou outros indicadores.

Foram estabelecidas políticas de gerenciamento de riscos para identificar e analisar os riscos de exposição e definir os limites de risco aceitáveis, além de ter sido criada uma estrutura de controles apropriada para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos, sendo que tanto as políticas quanto a estrutura de controles são revisados em uma base regular.

#### a) Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa e suas controladas incorrerem em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

#### *Exposição a riscos de crédito*

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito (i)	4 e 5	<b>2.064</b>	1.391
Contas a receber de clientes e partes relacionadas (ii)	5	<b>134</b>	99
		<b>2.198</b>	1.490

(i) Bancos: esses montantes são mantidos em instituições financeiras de primeira linha a fim de minimizar o risco de crédito trazido por essas operações.

(ii) Contas a receber de clientes: a Administração busca mitigar o risco de inadimplência de sua carteira por meio de monitoramento e avaliação periódica individual de seus clientes.

Os critérios para aceitação de novos clientes incluem uma análise da condição financeira e perfil socioeconômico, com definição de limites de crédito e termos de pagamento. A análise dessas informações pela Empresa pode incluir referências bancárias.

#### *Exposição a riscos de crédito*

Os limites de crédito dos clientes não são analisados diretamente na Empresa. Esta análise é realizada na controladora Ebes Sistemas de Energia S.A, de forma individual, e representam o montante máximo de exposição aceito para cada cliente. Esses limites são revistos sempre que necessário ou solicitado.

## João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### 18. Gerenciamento de riscos--Continuação

#### b) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preço das matérias-primas, têm nos ganhos da Empresa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo maximizar retornos.

##### *Risco de variação cambial*

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Empresa não apresenta saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

##### *Risco de taxa de juros*

Decorre da possibilidade de a Empresa e suas controladas estarem sujeita aos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Empresa busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

##### *Risco de preço*

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Empresa e suas controladas e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Empresa e suas controladas. Para mitigar esses riscos, a Empresa e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

#### c) Risco de liquidez

Na gestão do risco de liquidez a Empresa e suas controladas monitoram e mantêm um nível de caixa e equivalentes de caixa adequado para financiar as operações da Empresa e suas controladas e mitigar os efeitos das flutuações nos fluxos de caixa.

## João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### 18. Gerenciamento de riscos--Continuação

#### c) Risco de liquidez--Continuação

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros da Empresa e suas controladas. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Empresa e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base na taxa de juros no encerramento do exercício.

### 19. Cobertura de seguros

Os ativos imobilizados da Empresa estão garantidos por contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

### 20. Eventos subsequentes

#### Incorporação de empresas partes relacionadas

Em 27 de janeiro de 2021, a Empresa incorporou e, conseqüentemente em 01 de fevereiro de 2021, constitui a abertura de filiais das seguintes sociedades pela Empresa pelos valores de livros levantados nesta mesma data:

**SÃO BENTO GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR 17 LTDA.**, com sede na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais, Sebastião Rodrigues da Silveira, s/n, KM 04, Fazenda São Bento da Ressaca, Área Rural, CEP 38.200- 000, tornando-se filial da João Pinheiro Solar Ltda partir do dia 01 de fevereiro de 2021;

**LAMBARI GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR 20 LTDA.**, sociedade empresária de responsabilidade limitada, com sede na Cidade de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, na Rodovia MG 190, s/n, KM 03, à esquerda, Zona Rural, CEP 38.500-000, tornando-se filial da João Pinheiro Solar Ltda partir do dia 01 de fevereiro de 2021;

## João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

### 20. Eventos subsequentes--Continuação

#### Incorporação de empresas partes relacionadas--Continuação

**PIMENTA GERAÇÃO DE ENERGIA 28 LTDA.**, sociedade empresária de responsabilidade limitada, com sede na Cidade de e Pimenta, Estado de Minas Gerais, na Estrada Pimenta Vila Costina, s/n, KM 01, Fazenda Capão da Lenha, Zona Rural, CEP 35.585-000, tornando-se filial da João Pinheiro Solar Ltda partir do dia 01 de fevereiro de 2021.

#### Emissão de Certificado de recebíveis imobiliários

Em fevereiro de 2021, com a finalidade de angariar recursos referentes a construção e ao desenvolvimento de 10 MWac referente a quatro novas fazendas solares e financiar 0,99MWac já operacionais, totalizando 10,99 MWac de capacidade de geração, a Companhia realizou novas captações de recursos via mercado de capitais, através de emissão de um Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), pela True Securitizadora S.A. no montante aproximado de R\$80 milhões.

O valor é composto por dois tipos de Certificados, sendo (i) no valor de R\$64 milhões com pagamento mensal de juros equivalentes a IPCA+10% e amortização mensal do principal a partir de setembro de 2022 com vencimento em março de 2031, (ii) no valor de R\$16 milhões com pagamento mensal de juros e amortização mensal do principal a partir de 2031 com vencimento em março de 2035. Do montante apresentado, aproximadamente R\$2,6 milhões refere-se a gastos com comissões para emissão do CRI, os quais estão sendo apropriados no resultado mensalmente com base na taxa efetiva da operação.

O instrumento de CRI, emitido para financiamento das fazendas solares, possui enquanto garantia alienação de direito real de superfície, alienação fiduciária de cotas, além de garantia de natureza fidejussória, perdurando até a conclusão e desenvolvimento das quatro novas fazendas solares.

O valor total alienado é de R\$4,6 milhões em dezembro de 2020, que corresponde ao saldo de ativo imobilizado da Empresa.